

Quando a juventude lembra ao país o valor da democracia excluindo o Chega

written by José Paulo Santos | 26 de Fevereiro, 2026

OCIDADÃO
Jornalismo Livre

CRÓNICA
José Paulo Santos



Há momentos em que o movimento estudantil regressa ao centro da vida pública com a força simbólica de quem sempre esteve lá, silencioso mas vigilante. A decisão recentemente tomada pela Assembleia Magna da Associação Académica de Coimbra (AAC), aprovada por larga maioria – 273 votos a favor, três contra e 30 abstenções – é um desses momentos que põem em evidência a vitalidade cívica da comunidade estudantil.

A proposta apresentada pela Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra, em Assembleia Magna, consistiu num “Posicionamento Global” que estabelece a exclusão do partido Chega de todas as atividades, iniciativas e espaços institucionais da AAC. O documento, aprovado por larga

maioria, determina a proibição de visitas ao edifício-sede em moldes eleitorais, políticos ou institucionais e a exclusão incondicional do partido de eventos cívicos, sociais, económicos, mediáticos ou políticos organizados pelos órgãos centrais e estruturas intermédias da associação. Esta deliberação pretende fixar uma posição política comum da academia, visando salvaguardar aquilo que a Direção-Geral descreve como os valores históricos da instituição: uma academia “inclusiva, plural e assente nos princípios da liberdade, igualdade e solidariedade” e marcando “linhas vermelhas” na relação institucional com o dito partido.

Independentemente das leituras possíveis sobre o conteúdo da deliberação, não se pode ignorar o que ela revela: os estudantes continuam a participar, a debater, a votar, a posicionar-se. A própria Direção-Geral da AAC sublinhou os valores que pretende honrar – uma academia “inclusiva, plural e assente nos princípios da liberdade, igualdade e solidariedade”, fundamentos que reivindica como parte da sua história institucional.

Enquanto lia a notícia, dei por mim a recordar os anos 90, quando integrei a Direção da Associação Académica da Universidade de Aveiro (AAUAv). Era o tempo das grandes discussões sobre o regime de propinas, das reuniões infundáveis em diversos locais do país e na 5 de outubro, das assembleias onde aprendíamos, mais do que a defender posições, a compreender que a democracia se constrói no confronto de ideias, na responsabilidade de representar colegas e no peso de cada decisão.

Nesses anos, descobri que uma associação académica é mais do que um órgão representativo: é uma escola de cidadania.

Por isso, sempre que vejo os estudantes de hoje a assumir posições públicas – sejam quais forem, desde que debatidas, votadas e justificadas – sinto uma admiração profunda pela continuidade desse espírito cívico, desse compromisso. A

juventude tem sido, vezes sem conta, a memória viva da democracia, lembrando ao país que a participação não se esgota no voto, nem se limita à idade adulta.

O episódio vivido em Coimbra mostra isso mesmo. Os estudantes discutiram, votaram e definiram um rumo para a sua instituição, assumindo a responsabilidade que acompanha qualquer deliberação democrática. E fizeram-no evocando a herança histórica da AAC, frequentemente associada a momentos decisivos de afirmação de liberdades e direitos.

Hoje, cada associação académica enfrenta os seus próprios desafios – sociais, culturais, cívicos – e cada uma continuará a encontrar o seu caminho, conforme a identidade e valores da sua comunidade. Mas é inspirador ver que, mais de três décadas depois das assembleias que vivi em Aveiro, os estudantes continuam a cultivar o sentido de pertença a algo maior do que o quotidiano académico.

E talvez seja esse o maior legado destas decisões: lembrar que a democracia precisa de participação, precisa de comunidades que debatam, discordem e decidam. Não há democracia adulta sem juventude consciente. E sempre que os estudantes assumem essa consciência, o país inteiro respira um pouco mais fundo. E todos nos orgulhamos!